O POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES EMPRESÁRIOS NA 55ª LEGISLATURA

Marilia Correia Machado; Bruna Brito Prata Ferreira; Clarice de Camargo Ibañez; Diogo Tavares de Miranda Ferreira[1]

Palavras-chave: Deputados empresários. Votações. Agenda Legislativa. CNI.

RESUMO

Os estudos acerca de elites parlamentares, classes empresariais ou sobre a relação entre empresariado e legislativo ocupam lugar na literatura da Ciência Política e da Sociologia Política. Nesta seara, encontram-se temas desde sobre a atuação dos empresários no legislativo (MANCUSO, 2007), até a respeito da prática de *lobby* e sua relação com a agenda legislativa da classe empresarial no Congresso Nacional (SANTOS, 2014). Outrossim, trabalhos anteriores trataram questões como a análise das relações entre empresários, democracia e parlamento (COSTA, 2012; DINIZ; BOSCHI, 2000), ou sobre a política comercial (OLIVEIRA; ONUKI, 2010). A indagação de "como a elite empresarial vota e se comporta?" é proposta como tema deste estudo, daí a importância da adoção de uma análise sobre os votos nominais dos Deputados Federais empresários. Para tanto, consideraram-se as variáveis que visam observar a similitude entre o resultado das votações finais das proposições legislativas e as Agendas Legislativas da Indústria dos anos de 2015 a 2017[2] pertencentes à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Destarte, o problema do estudo tratou de avaliar se há o favorecimento de pautas da classe empresarial através dos votos dos congressistas empresários da 55ª legislatura.

O objetivo desta pesquisa consistiu em verificar a possível adesão dos parlamentares autodeclarados empresários na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, em relação às pautas tidas, pela literatura acerca do tema, como empresariais no Plenário. Para definir as referidas pautas, tomamos como referência a sessão "Foco" das Agendas Legislativas da CNI referentes aos anos de 2015 a 2017. Este estudo justifica-se pela relevância de compreender e ampliar os estudos relacionados ao empresariado no Poder Legislativo, bem como uma avaliação investigativa acerca da representação política. Nesse sentido, a hipótese de pesquisa é de que os deputados federais empresários votaram de acordo com os interesses da Indústria na 55ª legislatura, tendo como parâmetro a agenda da CNI. Entretanto, não podemos responder tal questão em relação a legislaturas anteriores. Ademais, cumpre salientar que como o "n" de pesquisa é pequeno, não se trata de um trabalho que fale sobre relação direta de causalidade, de forma que se encaixa apenas em um estudo exploratório. Em relação ao dinamismo entre legislativo e o empresariado,

[1] Universidade Federal do Paraná (marilia_cmp@hotmail.com; brunabprata@gmail.com; clarice_camargo@hotmail.com; di_2712@hotmail.com)

[2] Em relação à Agenda Legislativa de 2018, as proposições presentes na mesma não tinham sido votadas até a feitura do trabalho, então não utilizamos a agenda do referido ano.

pretendemos por meio deste trabalho demonstrar de maneira exploratória e inicial uma análise do ambiente da relação dos deputados que se autodeclaram empresários e das proposições que são pautadas oficialmente pela CNI.

A fonte que contribui com o critério de seleção desta pesquisa foi o portal on-line da Câmara do Deputados, no qual obtivemos acesso à auto declaração dos 513 deputados, sendo selecionados 66 parlamentares que se anunciaram como empresários. Passada a fase de seleção, realizou-se a coleta dos dados por meio de uma *Application Programing Interface (API)*, realizada em aplicativo JAVA, aos dados abertos de votações nominais da Câmara dos Deputados. Foram selecionadas as 36 proposições legislativas constantes na seção "Foco" das Agendas Legislativas da CNI de 2015 a 2018, dentre elas: a) duas Medidas Provisórias; b) duas Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais; c) um Projeto de Decreto Legislativo; d) cinco Propostas de Emenda à Constituição; e) 21 Propostas de Lei Ordinária; f) três Projetos de Lei Complementar; e g) dois Projetos de Lei do Senado. Dessas proposições foram analisadas aquelas que passaram por processo de votação nominal, resultando num total de oito proposições[3]. Dessa forma, foram analisadas as votações nominais dos 66 deputados, categorizados de maneira dicotômica, sendo "s" para sim ou "n" para não, possibilitando assim uma análise exploratória de dados, e utilizando-se de análise estatística univariada com variável *dummy*. Outro ponto da pesquisa foi a comparação do conjunto de voto dos parlamentares com a posição da CNI em sua Agenda Legislativa, no qual possibilitou calcular a Taxa de Convergência dos Deputados Federais empresários as proposições de interesse da agenda. No tocante a essa segunda sondagem de convergência da votação nominal de cada proposição com as agendas legislativas, foi possível classificar a taxa de convergência em escalas, onde de 0 a 20% significou baixíssima convergência, 21 a 40% baixa convergência, 41 a 60% média convergência, de 61 a 80% alta convergência, de 81 a 100% altíssima convergência.

Como resultados, encontramos que taxa de convergência com a agenda da CNI dos deputados empresários da 55ª legislatura nessas oito proposições foi de 81% que tem significante de altíssima convergência na classificação de nossa escala. Tal dado significa dizer que houve convergência dos votos dos deputados empresários da 55ª legislatura nas referidas proposições em montante acima de 80%, demonstrando correspondência entre as votações finais dos projetos e os interesses da CNI pautados em suas agendas legislativas. Ainda, encontrou-se que 25 parlamentares foram 100% convergentes com a pauta empresarial, ou seja, cerca de 37% dos deputados empresários foram convergentes de forma absoluta nas votações das proposições de interesse da CNI. Nesse sentido, por mais que individualmente nas proposições a maioria tenha votado de forma convergente, quando olhadas as proposições em conjunto, a taxa de convergência absoluta é menor que a metade. Outrossim, observamos que os deputados empresários do PSDB foram os que apresentaram maior taxa de convergência em relação à agenda da CNI (80%) em um recorte por partido. Além disso, evidenciamos, ao analisar as votações nominais das oito propostas legislativas, que a Taxa de Sucesso, ou seja, o montante de proposições que se

[3] PLP 54/2015, PL 4302/1998, PL 6787/2016, PEC 282/2016, PL 1202/2007, PL 4330/2004, PL 7735/2014, MPV 664/2014

transformaram em norma jurídica é de 78,57%. Este trabalho tem o cunho exploratório e inicial, no qual pudemos concluir que a maioria os deputados empresários da 55ª legislatura individualmente nas oito proposições votaram de acordo com os interesses dos representantes da indústria, ou seja, como "empresários de profissão"; mas em relação a todas as proposições, não houve convergência absoluta da maioria. Como pesquisa futuras pode-se sugerir a análise completa de votações nominais na 55ª Legislatura, assim como uma análise mais detalhada na comparação com outras legislaturas, nos quais nos possibilitaria inclusive verificar se a 55ª legislatura serviu como uma janela de oportunidades para a tramitação das pautas de interesse da indústria assim como dos Deputados Federais empresários.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, R.; DINIZ, E. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

COSTA, P. R. N. A elite empresarial: teoria e método na análise da relação entre empresariado e democracia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Papers...** São Paulo: Anpocs, 2012. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-36-encontro> Acesso em: 9 jul. 2018.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia Política**, n. 28, p. 131-146, jun. 2007.

OLIVEIRA, A. J. S. N. de; ONUKI, J. Política comercial e legislativo: a atuação do empresariado brasileiro. In: MANCUSO, W. P.; LEOPOLDI, M. A. P.; IGLECIAS, W. T. (Org.) **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**: novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

SANTOS, M. Representação de interesses na câmara dos deputados: o lobby e o sucesso da agenda legislativa da indústria. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 3, n. 1, p. 52-70, mar. 2014.